

A ESCOLA E SUAS DIFERENTES INTERFACES TEÓRICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Cássia Araújo de Oliveira¹
cassiaurania@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar as diferentes interfaces teóricas que a escola vivenciou nos distintos períodos históricos da educação brasileira. Em face dos problemas atuais, o trabalho foi pensado como reflexão sobre o destrato que a escola pública recebeu como herança. O artigo mostra que as estruturas teóricas da educação, em determinadas épocas históricas, constitui a escola de hoje, pois estabelece um elo de relações de como a deficiência e o descompromisso existente diante dos problemas educacionais influenciaram a escola do século XXI. A pesquisa foi feita com base no levantamento bibliográfico que se propusera a fazer em sala de aula a partir de um seletivo grupo de autores e livros que se considera importante para a sistematização das principais correntes teóricas.

Palavras-chaves: Escola. Teorias. Educação.

Abstract: this paper aims at presenting the different theoretical interfaces that the school experienced in different historical periods of Brazilian education. In the face of current problems, the work was conceived as a reflection on the mistreatment that public schools received an inheritance. The article shows that the theoretical frameworks of education in certain historical periods is the school today, because it establishes a bond of relationships disability and lack of commitment on the existing educational problems influenced the school of the XXI century. The research was based on literature that had set out to do in the classroom from a select group of authors and books that are considered important for the systematization of the main theoretical currents.

Keywords: School. Theories. Education.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende mostrar o tipo de escola que se configurou em cada época na história da educação brasileira e a relação necessária entre as diferentes matrizes teóricas. A pesquisa tem como parâmetro as seguintes correntes teóricas: tradicional, iluminista, cientificista, liberal e crítica, para que, a partir de cada uma delas possa-se pensar o papel da escola em cada uma dessas épocas e, nesse sentido, perceber a possível influência que os diferentes tipos de escola exerceram sobre os problemas educacionais que estamos enfrentando no século XXI. É necessário remontar alguns aspectos sobre a educação no Brasil, tendo como ponto de partida o pensamento educacional tradicional, isto é, o primeiro modelo escolar implantado no Brasil. O artigo se propõe a destacar a

seleção de alguns autores e livros que tiveram notável importância para a construção do pensamento educacional desde o século XVI até o século XX.

Com o pensamento educacional tradicional podemos citar como um dos principais autores que fizeram jus a esse modelo de escola o jesuíta Leonel Franca (1952), adepto da escola religiosa; outra corrente importante é a herança iluminista desenvolvida a partir da análise crítica da professora Maria Elisabeth Xavier (1992), no enaltecimento da razão concebida na formação do homem novo. Seguindo o cerne das discussões pode-se perceber que a organização do sistema escolar brasileiro teve como referência o modelo cientificista proposto por Rui Barbosa, apresentado pela crítica da autora Terezinha Nascimento (1997), na tentativa de implantação oficial da instrução pública.

Na década de 30, encontra-se o movimento escolanovista, que pretendia oferecer mudanças para a educação brasileira. Esse modelo se reflete na educação pretendida pela era Vargas, pois o principal objetivo do ensino seria educar para adaptação ao meio social; opta-se nessa corrente pelas propostas de Fernando de Azevedo (1959), Anísio Teixeira (1994) e Lourenço Filho (2002). E por último, busca-se finalizar a discussão com o pensamento crítico baseado na vertente do materialismo-histórico, representado pela pedagogia crítica de Paschal Lemme (1988), Álvaro Vieira Pinto (2009) e Dermeval Saviani (2010) que desenvolveram suas respectivas teorias a partir da concessão que se fez da escola como reprodutora da sociedade capitalista.

1 ESCOLA TRADICIONAL

Tendo como base “O método pedagógico dos jesuítas” (1952) do autor jesuíta Leonel Franca, é possível esboçar algumas características que retrata o modelo de escola tradicional, dirigido e vivenciado por um conjunto de padres da igreja, que buscava em sua pedagogia, e tinha como principal objetivo, doutrinar os estudantes nos ensinamentos religiosos, portanto era necessário ensinar a estes um conjunto de teorias filosófico-religiosas² que eram consideradas inquestionáveis. A partir da fundação da pedagogia dos jesuítas, tendo por base uma coletânea de estudos organizados pelo *Ratio Studiorum*, pode-se identificar a fundação das primeiras escolas do ocidente, destacando Inácio de Loyola como um dos principais percussores da instituição.

Os jesuítas foram os principais responsáveis pela criação das primeiras escolas e universidades no Ocidente, muito embora tivessem como finalidade a educação integral do aluno, no que diz respeito ao caráter humanista, científico, literário e filosófico, herdeiro de uma tradição antiga³.

Voltavam-se exclusivamente para a finalidade do ensino teológico, em que predominava o pensamento teocêntrico, com a finalidade de direcionar o aluno para um único e inquestionável caminho, a crença em Deus.

A escola funcionava com base na lógica normativa do pensamento tradicional como uma espécie de imperativo categórico⁴ que todos deveriam seguir e não questionar, sendo que incluía todos os membros da escola, tanto o aluno quanto o professor. Nesse sentido, a escola tinha como supremo domínio a Companhia de Jesus, que manipulava, ditava e direcionava o homem daquela época ao conformismo intelectual e social, fazendo com que este reconhecesse e aceitasse que seu lugar na sociedade fora designado por Deus.

Com base nos mandamentos imperativos do *Ratio*, o plano de estudos organizado pelos jesuítas, o conteúdo que era ensinado pela escola tradicional implicava no conjunto de disciplinas eleitas consideradas como superiores e inferiores, que eram ensinadas desde o ensino secundário até o ensino avançado, na tentativa de preparar os alunos para o exercício das virtudes e do reconhecimento do poder divino. O plano de estudos era formado por disciplinas hierarquizadas correspondentes a séries propostas na busca de realizar no homem a finalidade da suma teológica, a crença numa ordem sobrenatural.

A ordem escolar dos jesuítas se pautava em três grandes princípios: oração, razão e experiência (1952, p.40), pois eram reconhecidos como três quesitos que davam suporte definitivo na criação do *Ratio* concebido como unidade, perfeição e prática, para que dessa forma os processos didáticos fossem memorizados e inesquecíveis. “A recitação de cor dos grandes clássicos servia como objetivo admirável” (1952, p.59), isto é, não se aprendia a raciocinar o que era lido, pelo contrário, o interesse da ordem era de que tudo fosse repetido para que não houvesse questionamentos. Com a expansão da missão jesuítica no mundo ocidental, o método pedagógico da Companhia de Jesus, tentava adequar o currículo⁵ à presença marcante da filosofia, da teologia e da literatura clássica.

Pode-se então destacar, como influência na escola tradicional e no seu currículo, o resgate dessas disciplinas, principalmente, no campo da filosofia, a ética de Aristóteles⁶, tomada como estudo para a exaltação das virtudes humanas. Dessa forma, o pensamento medieval foi se construindo como principal ensinamento à escola tradicional, na releitura cristã do mundo Greco-romano. A metodologia dos jesuítas exigia do alunado a participação ativa e a preparação pessoal e crítica dos conteúdos – sem falar nos castigos físicos que estes recebiam –, mas também se preocupavam com a formação e a

escolha do professor, que este obedecesse aos critérios organizados pela ordem e pudessem oferecer uma educação em que os alunos aprendessem a lidar com as necessidades do mundo.

1.1 ESCOLA ILUMINISTA

Em contraposição ao pensamento tradicional, surge um modelo de escola fundado no pensamento iluminista do século XVIII, que representou o marco revolucionário para a propagação das ideias liberais e científicas em todo o mundo ocidental e serviu para o nascimento da burguesia europeia como influência de todos os movimentos subversivos, especialmente o processo de independência do Brasil. Segundo o iluminismo francês, mas precisamente com o pensamento de Voltaire⁷, o século das luzes teve início no século XVII e o seu ponto de culminância no século XVIII, tendo como principal objetivo o esclarecimento da humanidade.

Na análise da professora Maria Elisabete Xavier, em seu livro “Poder Político e Educação de Elite” (1992), os ideais iluministas alcançam no Brasil, no contexto de fomentação das discussões sobre a institucionalização da escola pública, a aparente autonomia da educação brasileira pensada no contexto educacional brasileiro do século XVIII, por um grupo seletivo de intelectuais que visavam implantar a instrução pública no Brasil pós-independente.

Os conceitos de escola diretiva e não diretiva, que permeavam a prática pedagógica e, por conseguinte, o conceito de escola nova, proposta pelo século das luzes no processo educacional, constituíram-se por interesses e interações planejadas, estabelecidas pelo sistema dominante, que foram produzidas intencionalmente com a finalidade de submeter à educação a fins preestabelecidos, ou seja, o sistema capitalista exigiu que o processo de ensino-aprendizagem estivesse situado dentro de um contexto sociocultural dominante, e que a escola fosse concebida como um instrumento necessário para a preparação dos alunos para servir a ordem capitalista burguesa, já iniciada pela Revolução Industrial inglesa, no século XVIII.

Constata-se, então, que a aparente autonomia da escola e, por conseguinte, do pensamento pedagógico, foi na verdade um reflexo, uma função dissimuladora do liberalismo econômico, que desde o início exerceu pelo poder interno e externo o domínio cultural, político e econômico, no qual o Brasil estava submetido desde a época de sua colonização. As culturas eurocêntricas, como produto da filosofia das luzes, subjugarão o Brasil na fase de colônia e império, sendo que este último, junto com a classe dominante nacional, propunha a filosofia do progresso e do universal para o pensamento

pedagógico nacional; esse objetivo era oriundo do pensamento intelectual liberal burguês, que serviu como ponto de partida para a corrida imperialista dos países em busca de mercados consumidores, acirrando, assim, interesses políticos, econômicos e sociais que estavam em fase de desenvolvimento em todo o espaço mundial, e que viera se consolidar futuramente como sistema capitalista.

1.2 ESCOLA CIENTIFICISTA

Na escola cientificista encontra-se o ponto de culminância dos interesses do liberalismo econômico, projeto este, idealizado por Rui Barbosa no final do século XIX, que, pela defesa do desenvolvimento e da reforma da escola pública, tinha como principal objetivo seguir o modelo econômico capitalista, educacional e cultural dos países desenvolvidos. Tendo como base o livro da autora Terezinha Nascimento⁸, pode-se afirmar que a reforma de ensino proposta por Rui Barbosa no fim do Brasil império ressalta as origens do pensamento conservador liberal modernizador na educação brasileira, pois a escola pensada por Rui Barbosa teria que ser voltada para a educação cientificista; nessa perspectiva, o Brasil alcançaria o nível dos países desenvolvidos e alcançaria a economia nacional, na condição industrial da Europa e dos Estados Unidos.

O livro “Pedagogia Liberal Modernizadora” (1997) mostra as raízes do pensamento liberal defendido pelo político Rui Barbosa, um pensamento herdado das profundas influências da burguesia europeia de base positivista e evolucionista. A partir da crença nas ideologias cientificistas, Rui Barbosa acreditava na neutralidade da ciência e na possível consequência da física natural como modelo de organização da sociedade e do ser humano. Era adepto de uma escola científica que favorecesse a contribuição do aluno para a construção da sociedade industrial capitalista.

A escola cientificista proposta por Rui Barbosa fomentava a liberdade de aprender e de ensinar dos educandos e educadores na medida em que os objetivos do ensino eram vinculados à liberdade científica e ao exercício da obediência⁹. Para se atingir esse processo de evolução social e alcançar o desenvolvimento do país, Rui Barbosa planejou um ensino programado desde a educação primária, secundária e superior para que esses alunos pudessem realizar os anseios da ciência considerada como progresso, prosperidade moral e material da nação. Rui Barbosa acreditava no poder de uma educação científica que pudesse fazer do Brasil uma nação desenvolvida.

Rui Barbosa almejava não somente uma escola libertadora e crítica para o Brasil, mas um modelo de escola que fizesse do aluno ensinado um ser humano adestrado, ou seja, esse educando

deveria aprender a obedecer às regras morais e científicas, sem que fosse preciso questionar os conteúdos impostos pela escola, porque se caso isso viesse acontecer “a paz social seria corrompida e o estabelecimento de ensino local seria fechado” (1997, p. 76).

As ideias burguesas de caráter liberal representadas por Rui Barbosa, como mostra Terezinha Nascimento (1997), foram subservientes ao colonialismo cultural europeu daquela época, pois o pensamento pedagógico liberal conservador de Rui Barbosa iniciava a reforma da instrução pública no Brasil com um nível de dependência das ideias capitalistas.

A escola idealizada por Rui Barbosa pretendia fazer com que os cidadãos exercessem o amor ao dever, a vontade de trabalho e que preservassem a ordem social estabelecida. O pensamento de Rui Barbosa, retratado por Terezinha Nascimento (1997), mostra que a proposta de educação sempre esteve separada das reais condições do país, e o projeto de educação pública começou por ser um não privilégio para todos. O livro “Pedagogia Liberal Modernizadora” (1997) começa pelo início de todo o problema no sistema de educação pública no período do Brasil República e que ainda recebe-se como herança a esperança de um dia conseguir uma perfeita imitação de todo que se produziu na Europa e nos Estados Unidos.

1.3 ESCOLA LIBERAL

Assim como Rui Barbosa, Fernando de Azevedo¹⁰ se constituiu como um dos intelectuais defensores do pensamento liberal. O livro “A educação entre dois mundos” (1959) retrata para a escola liberal os problemas, as perspectivas de reformas e as possíveis soluções que a educação nacional tinha enfrentado desde a década de 1930, quando se propôs no Brasil a criação de políticas públicas para que a efetiva reforma do sistema escolar pudesse se inserir nas mudanças sociais, econômicas e culturais que o Brasil estava vivenciando no começo do século XX.

Fernando de Azevedo foi um dos mais importantes dirigentes e pensadores da instrução pública, como professor e diretor participou de diversos cargos apresentando projetos de mudanças fundamentais para a reforma de ensino no país, participou da implementação das diretrizes e bases da nova política educacional. Suas principais obras são voltadas para a sociologia da educação, sendo especificamente “A educação entre dois mundos” (1959) uma obra na qual o autor resgata a abordagem histórica e social do Brasil.

Para que seja possível entender a posição do autor em face do problema da escola pública é preciso levar em consideração a análise e a crítica histórica e social do Brasil que o autor menciona no início do livro. O autor procura estudar o Brasil para que se pudesse perceber a evolução social, política e cultural do país e entender que “o povo brasileiro sempre foi mergulhado na ignorância e dominado pela miséria social das várias regiões do Brasil” (1959 p.29). Fernando de Azevedo afirma que:

[...] a cultura brasileira pertenceu a dois mundos, o mundo da elite que se constituiu pela cultura européia e a cultura popular que se firmou como variedade de manifestações, a nossa história ficou como dois mundos distintos e separados, mas que não impediu que a nossa cultura desenvolvesse traços originais no campo da política e da educação (AZEVEDO,1959, p. 30-31).

O autor acreditava que o problema da educação estava no próprio meio social, pois era preciso examinar os problemas da educação do ponto de vista social para que se pudesse alcançar na escola a variedade das necessidades dos grupos sociais. A finalidade da educação pensada pelo autor seria favorecer aos indivíduos a adaptação ao meio social e promover a consciência sociológica da instrução popular e políticas públicas educacionais para que a reforma de educação nacional fosse realizada.

Como considerava o problema da educação o mais grave do país, empreende ao movimento de renovação o plano de reconstrução nacional no Brasil, para que o país saísse do estado de estagnação intelectual, econômica, cultural e rompesse com a barreira de seu passado, que dificultava o desenvolvimento de um dos sistemas mais graves, a educação. Assim a reconstrução da educação nacional, baseada na transformação profunda e reorganizada em novas bases diretivas, rejeitava as ideias de uma escola voltada para a formação tradicional e positivista, pertencente a poucos, que passa naquele momento a ser defendida para a coletividade, para que esta possa se inserir no meio social.

Fernando de Azevedo dirige a nova proposta de educação pública não mais a uma pequena parcela de poder econômico e nem concebe mais a ideia de hierarquização social na educação, ou seja, a instituição escolar dividida em escola pública e particular. Fernando de Azevedo é contrário à separação entre pobres e ricos, na medida em que assume formar os grupos sociais com a mesma oportunidade de educação, com a finalidade de que esses indivíduos possam em “sistema de troca proporcionar ao Estado a harmonia do interesse coletivo através do trabalho, da solidariedade e da cooperação” (1959, p. 64). O que pretendeu Fernando de Azevedo foi incutir os interesses da educação ao discurso de Vargas, influência que o autor recebe pelo contexto da década de 30.

“A educação entre dois mundos” (1959) contribui para retratar que o modelo tradicional de educação precisava ser transformado, porque o Brasil teria que caminhar com a industrialização. As posições do autor refletem o espírito de uma época de mudanças necessárias no país, além de fornecer diretrizes e bases para a educação nacional. Ao mesmo tempo que contribuiu para que a escola pública fosse um direito de todos, compactuava com os reais interesses do capital internacional.

É possível encontrar o objetivo de enquadramento social nos escritos de Lourenço Filho que contribui, junto com Fernando de Azevedo, a ideia de que é preciso que haja adaptação do pensamento educacional ao paradigma econômico e social. “As tendências da educação brasileira” (2002) procura traçar o perfil da educação pública desde a sua origem até o final do século XX. Lourenço Filho resgata as tendências de origem da educação para que se possa compreender a necessidade e, principalmente, a segurança que a educação tende oferecer ao país. Lourenço Filho e Fernando de Azevedo apresentam suas ideologias político-educacionais em conformidade com os interesses do governo Vargas. A compreensão da escola é pensada como a profunda articulação existente com o mundo social, ou seja, pensar a escola nova seria conceber o caráter especificamente tecnicista da educação que para ele o governo getulista oferecia condições de oportunidade.

Nesse sentido, educar é sinônimo de adestrar o indivíduo para cumprir com os interesses do Estado e permitir segurança ao país “[...] é necessário disciplinar o processo educativo, em linhas que permitam a segurança e o progresso social” (2002, p. 38). À medida que o autor esboça as tendências da educação brasileira, vem se convencendo de que as novas diretrizes visam dar a educação escolar uma autêntica função social que atua na preservação da nação, sendo assim a reorganização da vida social repercute nas medidas de reforma da educação (2002, p. 30), e para isso é preciso entender que o empreendimento do Estado passa a ser desejado pelo povo, pois é na educação para o trabalho que o povo poderá alcançar melhores condições de vida.

Quando o autor trata da educação primeira ou primária, introduz a responsabilidade dessa primeira educação despertar o sentimento nacional do indivíduo e iniciar nas técnicas do trabalho a homogeneização do processo educativo. Nessa perspectiva, a educação primária é sem dúvida uma das mais promissoras, porque nela contém a orientação geral dos estágios subsequentes de formação e que a partir dela devemos considerar vários aspectos essenciais para fundamentar a estrutura do sistema escolar, como o aspecto geográfico, demográfico, político-social, administração escolar,

rendimento, organização interna da escola, despesas, enfim, é preciso haver uma reforma de base profunda na educação nacional.

Por conseguinte, a educação não está limitada apenas à reforma escolar, então pode ser amplamente entendida como configuração do próprio meio cultural, como expressão e segurança de vida. A palavra segurança soa em toda a sua obra, o que significa dizer que, além da segurança individual, a educação proporciona a segurança social, que se traduz na característica fundamental da educação na obra de Lourenço Filho (2002), na qual a supremacia da segurança coletiva excede a garantia individual, portanto a importância do grupo ou do coletivo está acima do valor individual.

A nova tendência, dessa forma, é justificada pela relação fundamental entre educação e segurança, no aspecto moral, material e dos valores fundamentais da nação. Por isso, a educação que Lourenço Filho almejava diz respeito em conceber a segurança nacional e em coordenar a defesa da nação. E, portanto, a presença do Estado Novo na década de 30 confirmou os reais objetivos dos ideais do escolanovismo: “[...] A educação popular é fruto da necessidade de segurança do Estado” (2002, p.62).

A consideração de Lourenço Filho na defesa de educação voltada para a necessidade e para a segurança nacional é, sem dúvida, consequência de um contexto social mais amplo. “Tendências da educação brasileira” (2002) é um livro que corresponde aos ideais dos pioneiros da escola nova e aos anseios da revolução de 30. Alguns aspectos desses ideais ainda estão muito presentes no modelo de educação nacional do século XXI, que corresponde não à preocupação com o nacionalismo, mas as nossas escolas ainda conservam o discurso utilitário e imediato do ensino-aprendizagem, quer dizer, educar atualmente é preparar o indivíduo ao mercado de trabalho para exercer uma profissão que lhe ofereça garantia de vida e para que este ascenda socialmente e financeiramente no meio social.

Dentro da proposta da escola liberal, o escolanovismo também abarcou as ideias de Anísio Teixeira a favor de uma educação voltada à gratuidade, universalidade e obrigatoriedade, no qual, passa a ser um bem comum a todos os brasileiros e não apenas a uma classe alta privilegiada da sociedade. O modelo liberal e capitalista de educação pensada por Anísio Teixeira pretendia integrar a população aos anseios da sociedade industrial e que estes conseguissem atingir um padrão digno de qualidade de vida, para dessa maneira contribuir com o crescimento do país.

Anísio Teixeira pode ser definido como um dos maiores idealizadores e defensores da educação pública no Brasil. Como educador, filósofo e jurista, é um dos personagens mais importantes

da história da educação, pois além de fazer parte do movimento dos pioneiros da escola nova ocupou vários cargos importantes durante a década de 20 até os anos 60.

“A educação, portanto, mais do que qualquer outro instrumento de origem humana, é a grande igualadora de condições entre os homens” (1994, p.82). Podemos perceber, a partir da leitura do livro, que Anísio Teixeira ainda mantinha a ideia de que a educação era a principal esperança para salvar o povo brasileiro das condições de miséria e ignorância. A educação para todos significava o começo de uma democracia, por isso a importância e a necessidade de oferecer para a nação uma consciência política e o desenvolvimento de políticas públicas que pudessem solucionar o problema da educação, criando, portanto, vias de acesso, como a escola pública à classe subalterna.

“Educação não é privilégio” (1994) mostra a insistência do autor em propor soluções para os problemas educacionais do país e defender o direito do povo de participar das mudanças que estavam ocorrendo no Brasil daquela época, fazendo com que a classe menos favorecida tomasse consciência da sua realidade para que somente por meio da educação e do trabalho essa classe pudesse melhorar de vida e assim acompanhar o processo de modernização e industrialização do país.

O processo de mudança na educação pública tinha que começar pela base, ou seja, seria a educação primária o alvo de reformas da educação nacional, como a primeira educação, e assim a fase mais importante da educação do ser humano. Anísio Teixeira buscava por meio dessa educação, além de qualidade, a municipalização do ensino primário, o que ele denomina de descentralização. Acreditava que o ensino primário não precisava ser dirigido pelo órgão federal, mas que a função deste seria junto com o Estado apenas subsidiar recursos para os municípios. Dessa forma, a escola primária poderia ensinar a cultura local e assim atingir a homogeneização ou a integração social do país.

Anísio Teixeira era a favor de que a escola teria de preparar o homem novo para que este fosse inserido na sociedade do trabalho científico, de profissões liberais, como a medicina, o direito e a engenharia, para que, a partir dessas condições, a tarefa da nação seja dirigida à construção do Brasil.

[...] o homem comum para a sua emancipação para o trabalho produtivo”, “essa sociedade teria de preparar trabalhadores comuns, trabalhadores qualificados, trabalhadores especializados em técnica de toda a ordem [...] o ensino deve fazer pelo trabalho e pela ação (TEIXEIRA, 1994, p. 54-45).

A crítica que faz aos privilegiados ou representantes de elite brasileira, os únicos que tinham acesso ao ensino secundário e a universidade, era justamente pelo fato de ser um dos motivos para o atraso do Brasil, pois os privilegiados, assim como os conteúdos e os métodos da escola tradicional,

contribuíam, segundo Anísio Teixeira, para o sistema arcaico de educação. Para ele, a escola no modelo antigo permitia o dualismo social brasileiro, pois o seu currículo era somente para os privilegiados. É nesse sentido que a educação comum seria uma forma de viabilizar a educação do pobre para participar da elite.

“Educação não é privilégio” (1994) é um dos livros mais importantes de educação brasileira produzido no século passado porque mostra a pretensão de consolidar a proposta de uma educação que já vinha sendo idealizada desde o começo da República, mas que só chegou a se efetivar na segunda metade do século XX. Apesar de a nova educação ser voltada para servir a economia capitalista, significou a primeira oportunidade de acesso dos desprivilegiados ao sistema escolar público, gratuito e de qualidade.

2 ESCOLA CRÍTICA

Diante da exibição das teorias tradicional, iluminista, cientificista, liberal e do contexto histórico do elemento escola, surge, no século XX e ainda presente nos dias atuais, um conceito fundamentado na perspectiva marxista que o difere de todas as teorias desenvolvidas ao longo do sistema escolar, proposto desde a fase tradicional até a liberal. Toma-se o momento da escola crítica a partir do livro de Álvaro Vieira Pinto (2002), Paschoal Lemme (1988) e Dermeval Saviani (2009), que abordam os caminhos da educação, diferenciando o conceito de escola a partir de dois tipos de consciência crítica, defendem que a verdadeira educação incita os sujeitos do ato pedagógico a transformar a sua realidade, por isso a necessidade de despertar no aluno que realidade social é estruturada em relações de poder que reflete na organização de classes sociais.

Paschoal Lemme foi um crítico da realidade social de sua época, revelando-se como principal ativista pela defesa das melhorias de condições estruturais, de ensino e das condições de docência na escola pública. Teve uma destacada participação nos manifestos em prol da educação nacional. Denunciava a realidade miserável da educação no Brasil pela crítica que fazia à dominação capitalista norte-americana, pois para situar a precariedade da educação brasileira, nos capítulos iniciais do livro Memórias (1988,) expõe um panorama dos principais atrasos do país, que acreditava o autor serem os resquícios da estrutura semifeudal e pré-capitalista os verdadeiros motivos da miserabilidade do povo brasileiro, isto é, as condições econômicas determinam a situação social do povo brasileiro e o

desinteresse deste para a educação. O autor considerou que a extrema pobreza da população o empecilho para o acesso da criança e do adulto ao ensino primário.

Paschal Lemme denunciava que as condições econômicas, higiênicas e sociais eram realmente sentidas pelas populações economicamente marginalizadas, e para que essa situação fosse transformada precisava-se conscientizar a população de sua situação real, e, nesse sentido, fornecer a educação política para o povo era considerada a tarefa fundamental para que a população do país deixasse de ser analfabeta. Pois o déficit nas condições econômica da família acarretava o abandono da escola e o péssimo rendimento escolar. “A educação política revela a causa das situações em que se encontram as populações analfabetas” (1988, p.75). Na educação política a conscientização crítica despertará no povo o esclarecimento dos problemas sociais e a possibilidade de transformação social. Nesse sentido, “educar politicamente é revelar ao indivíduo o contexto social em que vive e sua posição nele” (1988, p.74).

Paschal Lemme admite que a tarefa dos educadores é fazer com que o povo identifique que o analfabetismo e o problema da educação em geral é produto de forças externas e internas, e que só irá encontrar solução, à medida que modificar a estrutura econômica do país. Assim, o nível educacional e sanitário de um povo depende do grau de desenvolvimento que tenha alcançado a sua economia.

O autor de Memórias (1988) escreveu no contexto de uma época turbulenta de perseguições políticas, participou da luta por condições de vida melhores à população brasileira, para que pudesse ser contemplada pela educação pública, e assim continuar a luta por esses mesmos ideais. Paschal Lemme, assim como tantos outros pensadores que viveram na sua época e lutaram por ideias socialistas foi um educador utópico, mas com a esperança de que se pudesse mudar as condições sociais do país. O livro Memórias é dedicado principalmente aos grandes intelectuais que tiveram participação ativa na luta pelas melhorias nas condições da escola pública, por isso a importância que o autor concebe, nas páginas finais do livro, aos ilustres pensadores que um dia fizeram parte da proposta de uma educação voltada para o sistema público, para que todos tivessem o direito de se educar.

Nessa mesma perspectiva de mudança social e educacional, é preciso estabelecer um diálogo com Álvaro Vieira Pinto em seu livro “Sete lições sobre educação de adultos” (2010). O autor acreditava que a consciência crítica do educando apenas seria percebida quando a educação escolar e a de adultos buscassem entender as condições materiais da existência das populações, mas para que

essa mudança da situação do homem e da realidade ocorresse, era preciso haver uma educação de forma dialógica, no papel em que o aluno-objeto se tornasse aluno-sujeito. Em termos gerais, o critério autêntico da educação desalienada parte do interesse do povo, assim toda a existência só pode ser alterada se o povo entender e atuar nas condições sociais do país. Somente assim o sistema pedagógico poderá proporcionar mudança na condição humana.

Porém, podemos encontrar o lado oposto da verdadeira educação que é a educação ingênua; nela encontramos as características de uma educação alienada e inautêntica que produz a falsa consciência do saber, pois esse tipo de conhecimento explica tudo por formas gerais e abstratas. A consciência ingênua absorve valores burgueses que não fazem nexos com a realidade, desconsidera as dificuldades do povo e analisa por fórmulas quantitativas os *déficits* educacionais, sem levar em conta o processo histórico e social determinante que fez com que a educação fosse privilégio das famílias mais abastadas, em detrimento das menos favorecidas.

O educador, portanto, que acompanha o movimento da realidade e que permanece em constante vinculação com o povo, poderá a partir de palavras motivadoras “que são aquelas dotadas de conteúdo semântico imediatamente percebido pelo aluno” (2010, p.90) para perceber que existe um centro de poder que dita a política educacional, levará o educando a entender que a posição do educador está submetida a uma dada posição de classe social. E o educador deve compreender que a fonte de sua aprendizagem e de sua formação depende da organização da sociedade.

No 5º tema¹¹, o autor aborda o tema da educação, de adultos que sempre foi menosprezada pelo plano de educação nacional, por estes serem marginalizados, isto é, viverem à margem das relações sociais. Para o autor o adulto não é analfabeto, pois se comunica, possui suas crenças, seu mundo de trabalho ou até mesmo chega a ser líder de movimentos sociais. O que o autor propõe para a educação de adultos é que os educadores proporcionem estratégias de ensino para que sejam percebidas as condições materiais e a posição ocupada por eles na escala social.

O livro aborda alguns conceitos marxistas, como o de transformação social, de alienação, de falsa consciência, de ideologia, enfim, o autor acredita que seja possível a tomada de consciência do povo com relação às suas precárias condições econômicas. A contribuição do autor inaugura no âmbito da escola a reflexão sobre a educação de adultos e a desmitificação da ideia de analfabetismo.

Álvaro Vieira Pinto assim como Marx em algumas das suas ideias, foram utópicos por acreditar na transformação da sociedade e da educação. O autor enfatiza o social para fundamentar a

educação, portanto é a sociedade que modela a educação e os sujeitos, decidindo qual papel desempenhar, que conteúdos estudar e que métodos adotar. O educador crítico interfere no processo educativo contribuindo para a extinção das desigualdades entre educador-educando, por acreditar que um dia se poderá construir uma sociedade sem classes sociais, e para isso acontecer é preciso adquirir consciência de si e do mundo.

Pode-se, então, ter como ponto de referência de aprofundamento da crítica marxista da realidade social para o campo da educação o educador Dermeval Saviani. No livro “Escola e democracia” (2009), Saviani ressalta a importância que a sociedade tem na formação da escola, pois para ele, a educação deve ser dirigida a prática social como transformação da estrutura social. Por ser crítico das teorias não-críticas e crítico-reprodutivistas, Saviani direciona a prática pedagógica para uma postura crítico-revolucionária.

O livro “Escola e democracia” (2009) expõe as diferentes formas das teorias pedagógicas que serviram de base para o autor destacar os principais conceitos que permeiam a discussão do livro, como os conceitos de democracia e política, mas para alcançar o cerne dessas questões, Saviani mostra que é preciso entender que os dois tipos de teoria que ele designa como não-críticas e crítico-reprodutivistas são e devem ser superadas.

A partir da análise que Saviani faz de cada uma dessas teorias, podemos afirmar que o autor de “Escola e democracia” (2009) retira a máscara que encobria o verdadeiro propósito das teorias apresentadas, como por exemplo, o da escola liberal, com a proposta do escolanovismo na década de 30, pois segundo o autor a escola nova construiu seus argumentos pregando uma falsa democracia perante os projetos de criação da escola pública.

Para Saviani, a escola não pode ser pensada como externa e autônoma ao contexto histórico-social e nem pode ser atribuída como compensatória de todas as responsabilidades sociais. Pois pensar a educação como instrumento de equalização social, como defendia a pedagogia tradicional, é acreditar ingenuamente no poder da escola como a única solução para os problemas sociais, enquanto que pensar a escola também como reprodutora¹² das desigualdades é acreditar que é impossível haver transformação na estrutura social e que o sistema capitalista está definitivamente consolidado e sem nenhuma perspectiva de mudança social, isto é, de luta de classes.

A proposta do autor é pensar para além das duas teorias e indicar o caminho que a educação deve seguir, dando relevância à transmissão de conhecimentos, sendo que os conteúdos devem

começar a partir da prática social dos educandos, para que estes percebam a verdadeira realidade e, só assim, possam conseguir transformar a sociedade no sentido de exercer a democracia e a participação política. Mas, enquanto não houver respeito entre os direitos do povo, não será possível exigir da escola que haja conscientização política e democrática entre os nossos educadores e educandos, pois a estrutura escolar é organizada conforme a dinâmica social.

Pensar para além das pedagogias da essência e da existência¹³, para Saviani, é emergir da consciência ingênua para a consciência crítica, é favorecer a discussão pedagógica na dimensão política em sentido amplo e democrático. Em síntese, trata-se de articular o trabalho desenvolvido nas escolas com o processo de democratização da sociedade. O autor compreende que para alcançar o verdadeiro sentido do ato pedagógico “é importante considerar que a educação é a passagem da desigualdade para a igualdade, para que isso aconteça é preciso implementar os processos necessários para se transformar a possibilidade em realidade” (SAVIANI, 2009, p. 70).

Os livros “Escola e democracia” (2009), “Sete lições sobre educação de adultos” (2010) e Memórias (1988) significam uma releitura de teor marxista na perspectiva educacional brasileira, pois reivindicam ao fenômeno educação a transformação social, ou seja, a escola idealizada por Saviani, Álvaro Pinto e Paschal Lemme esperam que os sujeitos da escola façam da história o palco da revolução social, conclamada pelo povo, porque é somente pelas massas populares que a realidade pode ser mudada. A leitura de “Escola e democracia” (2009) e “Sete lições sobre educação de adultos” (2010) e Memórias (1988) possibilita a todos crerem que algum dia essa esperança possa ser possível, pois espera-se que os educadores sejamos provocados e que se possa desencadear na ação pedagógica procedimentos adequados para o exercício da democracia e da consciência crítica.

CONSIDERAÇÕES

A partir da pesquisa realizada no âmbito do pensamento educacional, no que diz respeito ao eixo escolar, pode-se dizer que as tendências expostas neste trabalho constituíram e constituem importante fundamentação para que se possa entender o papel que a escola exerceu em diferentes períodos histórico no campo da educação brasileira. O breve desenvolvimento histórico das teorias no presente artigo significam a base de construção das diferentes fases da escola pública no Brasil. O pensamento educacional brasileiro, representado pelas escola tradicional, iluminista, cientificista, liberal e crítica formam o legado do que entendemos pelo conceito de escola no século XXI.

O que foi possível encontrar dentre certos aspectos comuns das teorias educacionais para a realização do projeto de escola pública, foi a forte presença de determinados interesses de uma minoria privilegiada que fizera parte da escola, enquanto que as pretensões em criar a escola pública de qualidade sempre foram inviáveis, pois a deficiência de uma classe alta descompromissada com a formação da população sempre foi interesse do Estado, desde a chegada dos jesuítas no Brasil. No entanto, no século XX, a importância da influência marxista na constituição da escola crítica serviu como desmistificação do pensamento educacional brasileiro, e, com base no materialismo histórico-dialético, a escola crítica estabeleceu a distância entre as teorias educacionais e a realidade educacional brasileira.

A realização desse artigo permite oferecer uma visão geral das teorias educacionais e as possíveis influências na construção da escola atual. Para compreender os problemas educacionais presentes na instituição escolar e o seu reflexo na realidade social atual, é importante saber que os verdadeiros propósitos construídos em torno da escola durante os séculos passados formam os principais fatores para a realização de uma análise coerente e crítica da escola de hoje, pois é possível perceber em torno da estrutura escolar a herança tanto dos aspectos positivos quanto negativos, ou até mesmo continuidades e rupturas que os diversos tipos de pensamentos deixaram para o presente contexto da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando de. **A educação entre dois mundos: problemas, perspectivas e orientações.** Obras completas. São Paulo, 1959.
- FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas: o ratio studiorum.** Rio de Janeiro: Agir, 1952.
- LEMME, Paschal. **Memórias 3: reflexões e estudos sobre problemas da educação e ensino.** São Paulo: Cortez, 1988.
- LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Tendências da educação brasileira.** Brasília: MEC/INEP, 2002.
- NASCIMENTO, Terezinha A. **Pedagogia liberal modernizadora.** São Paulo: Autores associados, 1997.
- PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos.** São Paulo: São Paulo, 2010.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** São Paulo: Autores Associados, 2009.
- TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
- XAVIER, Maria Elisabete S. P. **Poder Político e Educação de Elite.** São Paulo: Cortez, 1992.

¹ Graduada em Filosofia, Especialista em Filosofia da Educação e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação/ICED, da Universidade Federal do Pará.

² A filosofia grega nesta época foi estudada a partir dos postulados Cristãos.

³ As filosofias de Platão e Aristóteles são tomadas como estudos pelos jesuítas.

⁴ Termo criado pelo filósofo Emanuel Kant, usado para designar as leis morais.

⁵ O currículo era pensado em três instâncias importantes: teologia, filosofia e humanas (retórica e gramática).

⁶ Para exaltar as virtudes humanas, os jesuítas tiveram como base a "Ética a Nicômaco" de Aristóteles.

⁷ Filósofo francês defensor da ideia de que o iluminismo começou no século XVII.

⁸ Pedagogia Liberal Modernizadora.

⁹ Era preciso que as escolas locais seguissem as regras ditadas pelo poder central.

¹⁰ Fez parte do movimento dos pioneiros da educação nova.

¹¹ O livro Álvaro Vieira é construído por sete temas que representam as sete lições.

¹² Teoria reprodutivista de Bourdieu.

¹³ Para Saviani a Pedagogia da essência é representada pelas teorias não críticas e reprodutivistas, enquanto que a Pedagogia da existência é representada pela teoria crítica.